

# Sumário

<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	<b>29</b>
------------------------------------	-----------

<b>À GUISA DE INTRODUÇÃO: POR QUE UM CURSO DE SENTENÇA PENAL?</b> .....	<b>33</b>
<i>(Fabrício Castagna Lunardi)</i>	

## *Capítulo I*

<b>ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A PREPARAÇÃO PARA A SENTENÇA PENAL DO CONCURSO</b> .....	<b>37</b>
--	-----------

*(Luiz Otávio Rezende)*

1. Regras gerais constantes da resolução n. 75/09 do Conselho Nacional de Justiça .....	37
2. Orientações práticas de preparação – técnicas de redação da sentença penal .....	41
2.1. Início da preparação – aquisição da técnica de elaboração da sentença por meio de treinamentos com exercícios simulados .....	41
2.2. Treinamento – orientações práticas .....	42
2.2.1. A correta administração do tempo .....	42
2.2.2. Esquema prévio ou roteiro lógico da sentença antes de se iniciar a resposta .....	43
2.2.3. Material de apoio ao treinamento .....	46
2.2.4. Caligrafia – aperfeiçoamento e aspectos relativos ao uso da letra de forma .....	47
2.3. Aspectos essenciais da linguagem e da fundamentação da sentença .....	48
2.3.1. Sentença completa e com linguagem clara, concisa, correta e organizada .....	48
2.3.2. Atenção especial às especificidades do problema (datas e imputação penal), bem como às questões cognoscíveis de ofício .....	50
2.3.3. Observância obrigatória da orientação dos Tribunais Superiores (jurisprudência e entendimentos sumulados) e referências legais .....	52
2.4. Prova de sentença determinada – adaptação do treinamento às características da prova – orientações específicas .....	54
2.4.1. Análise das provas anteriores – estilo, extensão do questionamento e limitação de linhas .....	54
2.4.2. Pesquisa do perfil dos examinadores – estilos de redação, estruturação de parágrafos e fundamentação por esses adotados .....	58

**Capítulo II****ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SENTENÇA ..... 61***(Fabrizio Castagna Lunardi)*

1. Requisitos da sentença .....	61
2. Forma de exposição dos elementos da sentença .....	62
3. Preâmbulo .....	64
4. Ementa .....	65
5. Relatório da sentença criminal .....	66
5.1. Funções do relatório .....	66
5.2. Questões redacionais .....	66
5.2.1. A expressão “Vistos etc.” .....	66
5.2.2. Aspectos linguísticos, ordenação e conteúdo do relatório .....	67
5.2.3. Tempo verbal e verbos comumente utilizados .....	68
5.3. Estruturação e modelo de relatório .....	69
5.4. Relatório no caso de dois ou mais processos sendo julgados simultaneamente ..	71
5.5. Frase de transição .....	72
5.6. Relatório dispensado – técnicas de leitura e anotação a partir do relatório proposto pela Banca Examinadora .....	72
6. Fundamentação .....	73
6.1. Definição, função, redação, estruturação e conteúdo da fundamentação .....	73
6.2. Paradigma de fundamentação: artigo 315, § 2º, do CPP .....	77
7. Preliminares ao mérito .....	80
7.1. Questões introdutórias .....	80
7.2. Ordem de apreciação das preliminares (ao mérito) .....	80
7.3. Rol de preliminares do art. 564 do CPP .....	81
7.4. Preliminares (ao mérito) mais comuns na praxe judicial e em concursos públicos	82
7.4.1. Incompetência (CPP, art. 564, I) .....	82
7.4.1.1. Aspectos gerais sobre competência .....	82
7.4.1.2. Foro por prerrogativa de função e desmembramento do feito em relação aos corréus .....	83
7.4.1.3. Competência da Justiça Federal .....	84
7.4.1.4. Competência de Juizado Especial Criminal .....	86
7.4.1.5. Conexão ou continência .....	87
7.4.1.6. Foro competente, juízo competente, distribuição e preven- ção .....	89
7.4.1.7. Desclassificação para crime de competência de outro juízo ....	90

7.4.1.8.	Convolução dos atos do juiz incompetente pelo juízo competente .....	91
7.4.1.9.	Dica para concurso e modelo de redação .....	91
7.4.2.	Legitimidade das partes (CPP, art. 564, II) .....	92
7.4.3.	Nulidades (CPP, art. 564, III, 'a' a 'p', IV, e parágrafo único) .....	93
7.4.4.	Citação .....	96
7.4.5.	Produção antecipada de provas .....	97
7.4.6.	Defesa preliminar em crimes funcionais .....	98
7.4.7.	As provas ilícitas, a teoria dos frutos da árvore envenenada e a teoria da fonte autônoma de prova .....	100
7.4.8.	Interceptação telefônica, gravação telefônica e gravação ambiental ...	102
7.4.9.	Prova emprestada .....	105
7.4.10.	Questões referentes à busca e apreensão .....	107
7.4.11.	Laudo pericial .....	111
7.4.12.	Provas obtidas no exterior .....	113
7.4.13.	Colaboração Premiada .....	115
7.4.14.	Investigação realizada pelo Ministério Público .....	118
7.4.15.	Ausência do Ministério Público na audiência de instrução .....	119
7.4.16.	Ausência da Defesa técnica constituída na audiência de instrução ....	119
7.4.17.	Inversão da ordem de oitiva de testemunhas, oitiva de testemunha na ausência do réu, inquirição de testemunha pelo sistema "cross examination" e ordem de quem pergunta .....	120
7.4.18.	Carta precatória .....	122
7.4.19.	Interrogatório do réu .....	124
7.4.20.	Identidade física do juiz .....	126
7.4.21.	Inépcia da inicial por inadequação na capitulação jurídica – impossibilidade .....	127
7.5.	Modelos .....	128
8.	Preliminares de mérito .....	128
8.1.	Aspectos introdutórios .....	128
8.2.	Morte do agente .....	129
8.3.	Anistia, graça ou indulto .....	130
8.4.	<i>Abolitio criminis</i> .....	132
8.5.	Prescrição .....	135
8.5.1.	Aspectos introdutórios e espécies .....	135
8.5.2.	Prescrição da pretensão punitiva .....	137

8.5.3. Prescrição retroativa .....	138
8.5.4. Prescrição intercorrente ou superveniente .....	139
8.5.5. Causas suspensivas e interruptivas da prescrição .....	141
8.5.6. Prescrição da pena de multa .....	141
8.5.7. Prescrição e concurso de crimes .....	142
8.6. Decadência .....	142
8.7. Perempção .....	143
8.8. Renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito .....	143
8.9. Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite .....	144
8.10. Perdão judicial .....	145
8.11. Pagamento do débito tributário .....	146
8.12. Modelos .....	147
9. Questões prejudiciais .....	147
10. Mérito propriamente dito .....	149
10.1. Aspectos introdutórios e estruturação .....	149
10.2. Materialidade do crime .....	152
10.3. Autoria do delito .....	153
10.3.1. Concurso de pessoas: coautoria e participação .....	153
10.4. Tipicidade .....	156
10.4.1. Possibilidade de nova definição jurídica do fato: <i>Emendatio Libelli</i> e <i>Mutatio Libelli</i> .....	158
10.4.1.1. <i>Emendatio Libelli</i> .....	159
10.4.1.2. <i>Mutatio Libelli</i> .....	161
10.5. Antijuridicidade .....	163
10.6. Culpabilidade .....	164
10.7. Circunstâncias legais, que influenciam na pena .....	165
10.7.1. Circunstâncias qualificadoras .....	167
10.7.2. Causas de aumento e de diminuição de pena .....	167
10.7.3. Circunstâncias agravantes e atenuantes .....	168
11. Dispositivo .....	168
11.1. Aspectos gerais .....	168
11.2. Sentença condenatória .....	169
11.3. Sentença absolutória .....	171
11.4. Sentença absolutória imprópria .....	172
11.4.1. Quadro sinóptico da diferenciação entre a aplicação da pena privativa de liberdade e a medida de segurança .....	175

12. Individualização da pena (sentença penal condenatória) .....	177
12.1. Introdução .....	177
12.2. Sistema de aplicação da pena .....	178
12.3. Esquema prático de aplicação da pena pelo juiz .....	178
12.4. Dosimetria da pena (de acordo com o sistema trifásico) .....	179
12.4.1. Considerações iniciais .....	179
12.4.1.1. Quadro esquemático da diferenciação entre qualificadoras, circunstâncias judiciais, agravantes e atenuantes e causas de aumento e de diminuição na aplicação da pena .....	180
12.4.2. Início da dosimetria .....	182
12.4.3. Primeira fase de aplicação da pena .....	182
12.4.3.1. Circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal .....	183
12.4.3.2. Circunstâncias judiciais em crimes específicos .....	193
12.4.3.3. Forma de calcular a pena-base .....	193
12.4.4. Segunda fase de aplicação da pena .....	198
12.4.4.1. Circunstâncias agravantes .....	199
12.4.4.1.1. Reincidência (art. 63 do CP) .....	201
12.4.4.2. Circunstâncias atenuantes .....	202
12.4.4.3. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes e preponderâncias .....	203
12.4.5. Terceira fase de aplicação da pena .....	205
12.4.5.1. Causas de aumento de pena .....	205
12.4.5.2. Causas de diminuição de pena .....	205
12.4.5.3. Concurso de causas de aumento e/ou de diminuição .....	207
12.4.6. Concurso de crimes .....	210
12.4.6.1. Aspectos introdutórios .....	210
12.4.6.2. Concurso material .....	211
12.4.6.3. Concurso formal .....	211
12.4.6.4. Crime continuado .....	213
12.4.6.5. Concurso formal e crime continuado .....	215
12.4.6.6. Concurso de crimes e pena de multa .....	216
12.4.6.7. Fundamentação em relação às três fases de aplicação da pena no caso de concurso de crimes – evitar repetições ..	216
12.4.7. Modelos .....	217
12.4.8. Limite máximo para a pena privativa de liberdade .....	220
12.5. Pena de multa .....	220

12.6. Regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade .....	226
12.6.1. Detração para fins de fixação de regime .....	229
12.6.2. Crimes hediondos .....	230
12.7. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos .....	231
12.7.1. Requisitos e critérios para a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos .....	233
12.8. Suspensão condicional da pena ( <i>SURDIS</i> ) .....	235
12.8.1. Aspectos introdutórios .....	235
12.8.2. Espécies de sursis .....	237
12.8.2.1. Sursis simples (ou comum) .....	237
12.8.2.2. Sursis especial .....	238
12.8.2.3. Sursis etário .....	239
12.8.2.4. Sursis humanitário .....	239
12.8.3. Sursis e crimes hediondos e equiparados .....	240
12.8.4. Resumo .....	241
12.8.5. Modelos .....	242
13. Disposições finais .....	243
13.1. Efeitos da sentença penal condenatória .....	243
13.2. Efeitos extrapenais da sentença penal condenatória .....	243
13.2.1. Efeitos secundários extrapenais genéricos .....	244
13.2.1.1. Perdimento, em favor da União, dos instrumentos e do produto do crime .....	244
13.2.1.2. Reparação do dano .....	246
13.2.1.3. Perda alargada ou confisco especial .....	247
13.2.2. Efeitos secundários extrapenais específicos .....	248
13.2.2.1. Perda do cargo, função pública ou mandato eletivo .....	248
13.2.2.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela .....	250
13.2.2.3. Inabilitação para dirigir veículo .....	250
13.2.3. Fixação de valor mínimo de indenização .....	251
13.3. Considerações finais obrigatórias .....	254
13.3.1. Liberdade ou prisão processual (análise do “direito de recorrer em liberdade”) .....	254
13.3.1.1. Expedição de mandado de prisão ou de alvará de soltura .....	257
13.3.2. Expedição de guia ou carta de sentença .....	258
13.3.3. Comunicação ao Tribunal Regional Eleitoral (sentença penal condenatória) .....	258

13.3.4. Inexistência de inscrição no rol dos culpados – extinção desse efeito da condenação .....	259
13.3.5. Intimação da vítima .....	259
13.3.6. No caso de sentença absolutória .....	260
13.3.7. Custas processuais .....	260
13.3.8. Determinação de arquivamento do processo .....	261
13.3.9. Outras providências (específicas) .....	261
13.4. Epílogo .....	262
13.5. Fecho ou parte autenticativa .....	262

### Capítulo III

#### **ASPECTOS ESSENCIAIS DOS CRIMES MAIS COBRADOS NOS CONCURSOS PARA O INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA ..... 265**

*(Luiz Otávio Rezende)*

1. Furto .....	266
2. Roubo .....	273
3. Extorsão .....	282
4. Estelionato .....	284
5. Estupro .....	293
6. Receptação .....	301
7. Associação Criminosa (quadrilha ou bando) .....	306
8. Corrupção de menores .....	310
9. Crimes envolvendo violência doméstica .....	313
10. Tráfico de drogas e associação para o tráfico .....	321
11. Tabela com os crimes cobrados nos últimos certames da magistratura estadual e federal .....	336

### Capítulo IV

#### **SÚMULAS E PRECEDENTES DO STF E STJ (DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL) ..... 351**

*(Luiz Otávio Rezende)*

1. Entendimentos sumulados dos Tribunais Superiores sobre direito penal e direito processual penal .....	351
1.1. Superior Tribunal de Justiça .....	351
1.2. Supremo Tribunal Federal .....	358
2. Teses fixadas sob a sistemática da Repercussão Geral (STF) .....	360
3. Teses fixadas sob a sistemática de Recurso Repetitivo (STJ) .....	368

**Capítulo V****PROVAS SIMULADAS ..... 377***(Luiz Otávio Rezende)*

1. Enunciados .....	378
1.1. Exercício 01 – crime contra a pessoa em situação de violência doméstica .....	378
1.2. Exercício 02 – crimes previstos em legislação especial e no Código Penal .....	381
1.3. Exercício 03 – crime contra o patrimônio em concurso com delito contra a liberdade pessoal .....	383
1.4. Exercício 04 – crime contra o patrimônio em concurso com delito contra a fé pública .....	387
1.5. Exercício 05 – crimes previstos em legislação especial .....	391
1.6. Exercício 06 – crime contra a pessoa, em concurso com delitos contra a liberdade individual .....	396
1.7. Exercício 07 – crimes previstos em legislação especial .....	403
1.8. Exercício 08 – crimes contra o patrimônio, contra a fé pública e previsto em legislação especial .....	406
1.9. Exercício 09 – crime contra o patrimônio .....	411
1.10. Exercício 10 – crime previsto em legislação especial .....	412
1.11. Exercício 11 – crime contra o patrimônio em concurso com delito previsto em legislação especial .....	415
1.12. Exercício 12 – crime contra o patrimônio em concurso com crime contra a inviolabilidade dos segredos e delito praticado por particular contra a administração em geral .....	417
2. Espelhos Padrão .....	421
2.1. Exercício 1 .....	421
2.2. Exercício 2 .....	428
2.3. Exercício 3 .....	431
2.4. Exercício 4 .....	434
2.5. Exercício 5 .....	438
2.6. Exercício 6 .....	445
2.7. Exercício 7 .....	451
2.8. Exercício 8 .....	455
2.9. Exercício 9 .....	459
2.10. Exercício 10 .....	461
2.11. Exercício 11 .....	463
2.12. Exercício 12 .....	466



**Capítulo VI**

**SENTENÇAS DE CASOS REAIS ..... 473**

(Luiz Otávio Rezende)

1. Art. 140, § 3º, do CP .....	474
2. Art. 171, § 3º, c/c os artigos 69 e 71, todos do Código Penal .....	479
3. Art. 217-a, § 1º e 217-a, § 1º, c/c 14, ii, do cp .....	484
4. Art. 33, <i>caput</i> , c/c art. 40, incisos III e VI, todos da Lei nº 11.343/2006, art. 12, c/c art. 16, § 1º, inciso IV, da Lei n.º 10.826/2003 e art. 180, <i>caput</i> , do CP .....	491
5. Art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, c.c. art. 14, inciso II, e art. 129, 'caput', todos do Código Penal (Júri – pós-plenário) .....	503
6. Art. 121, § 2º, I e IV, por duas vezes, e art. 155, <i>caput</i> , duas vezes, e art. 121, § 2º, I e IV, duas vezes, artS. 180, <i>caput</i> , e 304, <i>caput</i> c/c aRT. 297, todos do CP (Júri – sentença de pronúncia) .....	509
7. Artigo 155, § 4º, c/c art. 14, inciso II, do Código Penal .....	517
8. Artigos 150, 147 e 129, § 9º, este último c/c art. 14, inc. II, todos do Código Penal .....	520
9. Artigo 168, § 1º, inciso III, do Código Penal .....	534
10. Artigo 333 do Código Penal .....	539
11. Art. 215-a e 216-a, <i>caput</i> e § 2º, do CP .....	543
12. Artigo 157, §2º, incisos II e V e §2º-A, inciso I, do Código Penal e no Artigo 244-B do ECA .....	549
13. Artigo 1º, <i>caput</i> , inciso V, e § 1º, inciso I, da Lei n. 9.613/98 .....	559
14. Art. 331 do Código Penal .....	569
15. Artigo 157, § 2º, I e II, do CP – sentença posterior à lei 13.654/2018 .....	575
16. Artigo 158, § 1º do CP e art. 244-b da Lei 8.069/90 .....	580
17. Artigo 147 do CP .....	589
18. Art. 334, § 3º, do CP .....	595

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 603**

**POSFÁCIO..... 607**